

IMPREMÉDICA **TEMPO MEDICINA ONLINE** Director:
Dr. José M. Antunes

◀ 1ª PÁGINA EDIÇÃO IMPRESSA REUNIÕES E CONGRESSOS ARQUIVOTM IMPREMÉDICA REGISTO

As reportagens e notícias do TM das semanas mais recentes.

Pesquise palavras e expressões de todo o texto. Procure colocar várias delas, visando reduzir o número total da pesquisa. Resultado da pesquisa sai com os títulos dos textos.

pita barros

 PESQUISAR

ARQUIVOTM

Financiamento e prestação da Saúde em Portugal
Realidade não é o que parece

Na conferência «A Saúde em Portugal», o professor de Economia da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Pedro Pita Barros, apresentou vários dados estatísticos para demonstrar que, ao contrário do que se pensa, o financiamento e a prestação de cuidados são feitos por diversos actores, públicos e privados.

A conferência «A Saúde em Portugal» teve lugar no Centro de Congressos do Estoril a 29 de Abril último e foi promovida pela Winthrop Farmacêutica para assinalar o seu primeiro ano de mercado. Pedro Pita Barros falou sobre os «Aspectos económicos da Saúde», num painel moderado pelo bastonário da Ordem dos Médicos, Pedro Nunes. O professor apresentou vários números sobre a realidade do sistema de Saúde nacional e analisou o impacte de algumas das principais reformas introduzidas no sector nos últimos anos. Desta forma, mostrou não só que algumas das cifras da Saúde nacional são surpreendentes, como evidenciou que uma qualquer alteração terá consequências noutras áreas do sistema.

De acordo com Pita Barros, no sector da Saúde, 70% das despesas são suportadas pelo Orçamento do Estado (OGE), mas há uma provisão privada de cuidados «muito significativa», em determinadas áreas.

Já a julgar pelos dados da Conta Satélite da Saúde, do Instituto Nacional de Estatística (INE), o financiamento da Saúde é feito de diversas formas e, em alguns casos, com uma proporção diferente daquela esperada. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) representa perto de 70% da prestação de serviços, mas os pagamentos directos têm um peso menor do que o estimado (22,03%). Além disso, os subsistemas públicos representam 6,3%, os subsistemas privados 6,75% e os seguros privados 2,3%. Segundo o professor, estes dados revelam que os seguros privados ainda não têm a preponderância que se julgava.

Distribuição da despesa

O orador demonstrou também como se distribuem os dinheiros da Saúde pelos vários prestadores. Os hospitais consomem mais de um terço do financiamento (36%), tal como os prestadores de ambulatório, com pouco menos (34%). De entre estes últimos, os centros de saúde, do SNS, consomem 11% dos recursos económicos do sistema, os consultórios médicos 7% e os laboratórios 5%. O montante remanescente cabe às farmácias (24%), à administração do sistema de Saúde (1%) e a outros (5%).

Perante estes números, o economista conclui que há uma grande diversidade, quer ao nível das formas de financiamento do sistema, quer no que respeita aos prestadores existentes. «Quando falamos em hospitais é esmagadora maioria são públicos, mas quando falamos em laboratórios e farmácias, a maioria são instituições privadas, portanto, do ponto de vista da organização económica do sector, temos a coexistência de prestadores públicos e privados e de financiadores públicos e privados», afirmou.

Na opinião de Pita Barros, esta realidade pode descrever-se como sendo uma teia de relações económicas «rica», mas «difícil de tratar».

Cinco «marcos» na Saúde

Depois de apresentar os números, o prelector falou das cinco principais reformas ou medidas introduzidas no setor da Saúde nos últimos anos. São elas a alteração do estatuto jurídico dos hospitais, que passaram de SPA a EPE; e agora a EPE; a criação de parcerias público-privado (PPP); a promoção do uso de genéricos; a reforma dos cuidados de saúde primários (CSP); e a criação da Entidade Reguladora da Saúde (ERS).

A primeira medida, por ter sido introduzida num conjunto significativo de hospitais ao mesmo tempo, provocou uma alteração substancial no parque hospitalar português. Trouxe a vantagem de criar o «espírito de grupo» e permitiu a comparação dos indicadores de eficiência, mas as avaliações efectuadas não revelam grandes diferenças em relação aos hospitais públicos.

Já no que respeita às PPP, o professor da UNL alertou para a morosidade do processo e para os custos adicionais associados à montagem do processo, elaboração e aplicação do contrato, etc., que encarecerão o preço final da obra e que, como frisa, será o consumidor final a pagar de uma forma ou de outra.

Depois, a estímulo dado à produção e consumo de genéricos parece ter provocado um decréscimo da despesa com medicamentos ao aumentar a concorrência, mas teve também um outro efeito - os medicamentos de referência parecem ter desviado para o consumidor parte do custo financeiro acrescido deste processo. E, neste sentido, P. Barros questionou: «Qual o custo do aumento da despesa directa com medicamentos?». Embora não existam dados estatísticos precisos, algumas informações dadas por médicos evidenciam que tal poderá ter efeitos nefastos e adesão à terapêutica.

De acordo com o docente da UNL, estas cinco medidas podem modificar de sobremaneira a Saúde nacional, mas ainda é cedo para prever o seu alcance. Até porque, como no passado, as mudanças de Governo podem pôr em causa a sua concretização.

Maria F. Teixeira

...CAIXA...

O bastonário e as reformas da Saúde

Na parte de debate desta sessão o presidente da mesa, Pedro Nunes, fez um breve comentário à palestra de P. Barros e destacou, das cinco reformas apresentadas, a criação da ERS. Como em outras ocasiões, o bastonário da Ordem dos Médicos explicou por que tem assumido, desde o início, uma posição muito crítica em relação a esta estrutura, criada no tempo do ex-ministro da Saúde Luís Filipe Pereira. «Não consigo entender a necessidade de uma entidade deste tipo, num mundo que até hoje pressupõe uma solidariedade regulada pela sociedade e pelo Estado e o seu Governo. Pergunto se num mundo complexo, cada vez mais gerido pelas várias forças intervenientes, a criação da ERS não é o “lançar da toalha ao tapete”, por parte daquele que deveria assumir a função de regular a sociedade em que vivemos», disse.

TM 1.º CADERNO de 2006.05.08
0611781C08106MF18B

GERAR IMPRIMIR



A reprodução total ou parcial deste site é proibida, excepto se autorizada expressa e previamente pela Impremédica, Imprensa Médica, Lda., nos termos da legislação em vigor.